



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, julho/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Karla de Lima Rocha

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 6 (jun. 2011). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-1680

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em junho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 10,5 bilhões, contra superávit de R\$ 4,1 bilhões, em maio. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 12,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 1,9 bilhão e R\$ 112,0 milhões, respectivamente.

Em junho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 10,5 bilhões, contra superávit de R\$ 4,1 bilhões, em maio.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAI	JUN	JAN - JUN	
	2011	2011	2010	2011
I. RECEITA TOTAL	75.600,5	83.665,4	399.104,4	480.011,7
I.1. Receitas do Tesouro	56.326,6	63.849,2	303.348,0	368.689,7
I.1.1. Receita Bruta (1)	56.800,5	66.282,8	307.619,8	373.021,8
I.1.1.1. Impostos	25.932,2	29.748,9	140.823,0	176.464,1
I.1.1.2. Contribuições	21.409,2	22.377,0	117.555,0	137.833,7
I.1.1.3. Demais	9.459,1	14.156,9	49.241,8	58.723,9
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-403,9	-2.433,6	-4.173,2	-4.210,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-70,0	0,0	-98,6	-121,9
I.2. Receitas da Previdência Social	19.039,8	19.612,1	94.658,3	110.111,7
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	18.542,2	19.147,1	92.393,2	107.570,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	497,6	465,0	2.265,1	2.541,4
I.3. Receitas do Banco Central	234,1	204,1	1.098,1	1.210,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	16.281,9	13.984,7	69.157,9	86.544,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	59.318,5	69.680,7	329.946,5	393.467,7
IV. DESPESA TOTAL	55.259,9	59.201,9	305.049,7	337.945,3
IV.1. Despesas do Tesouro	33.539,6	37.369,9	186.412,2	206.723,7
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.868,7	13.768,9	78.190,8	87.037,6
IV.1.2. Custeio e Capital	19.467,8	23.435,6	107.643,1	118.649,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.221,7	2.036,8	11.026,9	12.030,4
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	737,4	1.585,6	5.022,1	5.819,9
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.072,2	2.080,2	10.909,7	12.273,6
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.436,5	17.733,1	80.684,4	88.526,1
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	10.946,0	13.668,3	60.052,5	67.589,8
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.490,5	4.064,7	20.632,0	20.936,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	203,1	165,3	578,3	1.036,1
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	21.459,6	21.515,9	117.253,9	129.637,8
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	16.763,9	16.786,5	91.174,5	101.223,7
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.695,8	4.729,4	26.079,4	28.414,1
IV.3. Despesas do Banco Central	260,7	316,2	1.383,6	1.583,8
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	4.058,6	10.478,8	24.896,8	55.522,4
VI.1. Tesouro Nacional	6.505,0	12.494,6	47.777,9	75.422,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.419,8	-1.903,8	-22.595,5	-19.526,1
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	1.778,4	2.360,7	1.218,8	6.346,7
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.198,2	-4.264,5	-23.814,3	-25.872,7
VI.3. Banco Central (6)	-26,6	-112,0	-285,5	-373,5
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,43%	2,84%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN - JUN %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
Receitas	16,9%	20,3%
Tesouro	17,4%	21,5%
Previdência	15,5%	16,3%
Transferências	6,9%	25,1%
Receita Líquida	19,2%	19,3%
Despesas	18,2%	10,8%
Benefícios	13,6%	10,6%
Pessoal	8,4%	11,3%
Custeio e Capital	32,9%	10,2%
FAT	3,6%	9,1%
Subsídios	14,186,7%	15,9%
LOAS/RMV	18,1%	12,5%
Outras	32,0%	9,7%
Custeio	22,4%	12,6%
Capital	71,6%	1,5%
PIB	16,3%	12,3%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve aumento de R\$ 9,5 bilhões (16,7%), passando de R\$ 56,8 bilhões, em maio, para R\$ 66,3 bilhões, em junho. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

i) crescimento de R\$ 5,7 bilhões na rubrica “Outras”, explicado, principalmente, pela consolidação/antecipação de parcelas, em junho de 2011, de débitos da Lei 11.941/2009; ii) do crescimento de R\$ 4,1 bilhões na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Capital, em função do recolhimento semestral deste tributo, realizado em junho de 2011, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004; iii) aumento de R\$ 548,4 milhões na Cofins; e iv) diminuição de R\$ 725,5 milhões na rubrica Concessões, em função de prorrogações de contratos de serviços de telecomunicações realizadas em maio, sem correspondência em junho. Por sua vez, verificou-se, no mês, incremento de R\$ 2,0 bilhões na restituições do imposto de renda, referentes ao pagamento do 1º lote da restituição do Imposto de Renda 2011 (ano calendário 2010), além das restituições referentes aos lotes residuais de 2008 a 2010.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 14,0 bilhões em junho, contra R\$ 16,3 bilhões no mês anterior, registrando decréscimo de 14,1%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 11,1 bilhões, com redução de 9,2% frente a maio, em decorrência da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), com reflexo nas transferências de junho. As demais transferências diminuíram R\$ 1,2 bilhão, impactadas pelo decréscimo de R\$ 1,7 bilhão nos repasses de royalties, em virtude da transferência trimestral, em maio, relativo a participação especial, sem correspondente em junho. No sentido contrário, destaca-se o aumento de R\$ 546,0 milhões nas transferências do Fundeb, conforme cronograma de desembolso estipulado na Portaria Interministerial nº 1.459/2010.

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R\$ 3,8 bilhões (11,4%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a maio.

Os gastos com pessoal e encargos sociais reduziram-se em R\$ 99,8 milhões frente ao mês anterior refletindo, especialmente, o pagamento de sentenças judiciais e precatórios, que recuaram para R\$ 276,1 milhões, em junho, contra R\$ 778,9 milhões, em maio.

Por outro lado, os gastos com custeio e capital apresentaram aumento de R\$ 4,0 bilhões, atingindo R\$ 23,4 bilhões, em junho. Contribuíram para esse aumento as despesas discricionárias (crescimento de R\$ 2,6 bilhões); os gastos com subsídios e subvenções econômicas (aumento de R\$ 848,2 milhões) e o pagamento de sentenças judiciais de custeio e capital (aumento de R\$ 678,4 milhões).

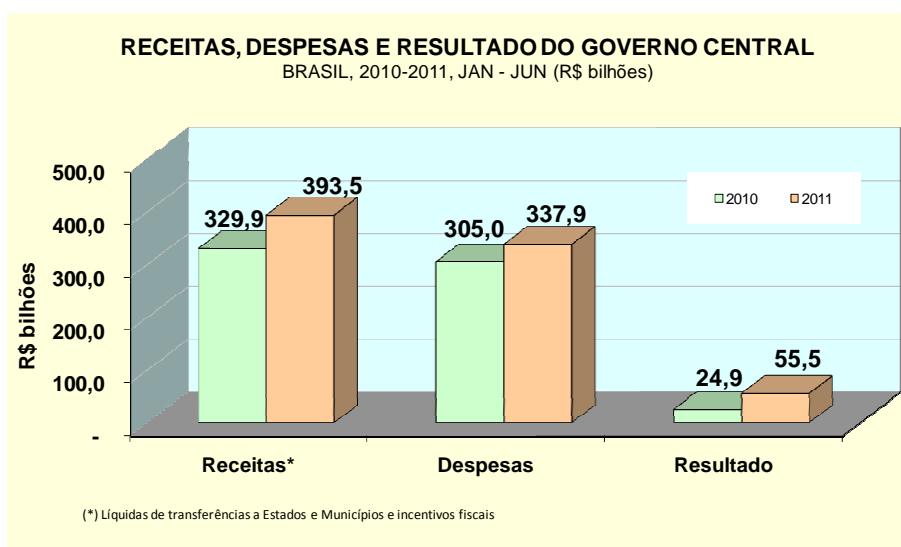
A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 1,9 bilhão, contra déficit de R\$ 2,4 bilhões apurado em maio. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 572,3 milhões. Os benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de R\$ 56,3 milhões, refletindo o pagamento de precatórios de R\$ 413,2 milhões realizado em junho, contra R\$ 301,1 milhões, em maio. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 2,4 bilhões no mês, contra

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/11	JUN/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	12.259,1	11.128,2
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	3.860,3	2.694,0
Total	16.281,9	13.984,7

¹ Inclui auxílio financeiro

R\$ 1,8 bilhão, em maio. A parcela rural registrou déficit de R\$ 4,3 bilhões, em junho, contra déficit de R\$ 4,2 bilhões, em maio.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 55,5 bilhões frente a um superávit de R\$ 24,9 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 30,6 bilhões ou 123,0%, na comparação entre os dois períodos. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 27,6 bilhões (57,9%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 3,1 bilhões (13,6%) no déficit da previdência.



A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a junho de 2011, apresentou crescimento de R\$ 65,4 bilhões (21,3%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 11,3 bilhões, 26,1%) e da CSLL (R\$ 4,4 bilhões, 19,4%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e do ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 10,4 bilhões, 15,9%) e PIS/Pasep (R\$ 3,1 bilhões, 17,8%) devido ao aumento no volume de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 11,8 bilhões, 24,1%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 5,8 bilhões, 20,0%), Rendimentos do Capital (R\$ 4,5 bilhões, 39,2%) e Remessas ao Exterior (R\$ 1,1 bilhão, 20,5%); iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 4,3 bilhões, 23,8%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária; e v) aumento no conjunto das Demais Receitas (R\$ 9,5 bilhões, 19,3%) decorrente, principalmente, do crescimento na rubrica “Ou-

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	2,74%	3,85%
Previdência Social	-1,30%	-1,00%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	1,43%	2,84%

tras” (R\$ 2,9 bilhões, 37,0%), nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 2,6 bilhões 18,1%) e em concessões (R\$ 1,3 bilhão, 280,8%).

Houve elevação de R\$ 17,4 bilhões (25,1%) nas transferências a Estados e Municípios no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

No primeiro semestre de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 17,4 bilhões (25,1%). Esta evolução decorreu: i) do crescimento de R\$ 14,9 bilhões (29,0%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R\$ 2,6 bilhões (88,5%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

As despesas do PAC cresceram R\$ 3,2 bilhões (35,4%) em 2011, em comparação com o primeiro semestre de 2010.

Até junho de 2011, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 20,3 bilhões (10,9%) frente ao mesmo período de 2010. Essa evolução decorreu, principalmente, dos aumentos: i) de R\$ 8,8 bilhões (11,3%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,04 p.p); ii) de R\$ 5,7 bilhões (9,3%) nas despesas discricionárias; iii) de R\$ 3,2 bilhões (35,4%) nas despesas do PAC; e iv) de R\$ 1,4 bilhão nas despesas com LOAS/RMV (12,5%).

O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 3,1 bilhões (13,7%) relativamente ao primeiro semestre de 2010, atingindo o equivalente a 1,00% do PIB, no primeiro semestre de 2011, frente um déficit equivalente a 1,30% do PIB em igual período de 2010.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 3,1 bilhões (13,7%) relativamente ao primeiro semestre de 2010, alcançando R\$ 19,5 bilhões, frente aos R\$ 22,6 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 15,5 bilhões (16,3%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 12,4 bilhões (10,6%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 6,3 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 25,9 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 66,3 bilhões em junho contra R\$ 56,8 bilhões verificados em maio de 2011 (aumento de 16,7%). Este comportamento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores sazonais: i) recolhimento semestral, no mês de junho/2011, do IRRF Rendimentos de Capital, em conformidade com a Lei nº10.892/2004; e ii) consolidação/antecipação de parcelas, em junho de 2011, de débitos da Lei 11.941/2009. Por sua vez, verificou-se, no mês, incremento de R\$ 2,0 bilhões na restituições do imposto de renda, referente ao pagamento do 1º lote da restituição do Imposto de Renda 2011 (ano calendário 2010), além das restituições referentes aos lotes residuais de 2008 a 2010.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 29,7 bilhões e as de contribuições R\$ 22,3 bilhões, apresentando em seu conjunto crescimento de R\$ 4,8 bilhões (10,1%) em relação aos valores apurados em maio. Esse resultado reflete, sobretudo os seguintes aumentos: i) R\$ 4,1 bilhões na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Capital em função do recolhimento semestral deste tributo, realizado em junho de 2011, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004 e ii) R\$ 548,4 milhões na Cofins.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram aumento de R\$ 4,7 bilhões (49,7%), tendo sido influenciadas pelas seguintes variações: i) crescimento de R\$ 5,7 bilhões na rubrica “Outras”, explicado, principalmente, pela consolidação de débitos, no mês de junho de 2011, do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º, da lei (redução nos montantes de multas e juros), no montante de R\$ 6,8 bilhões; ii) diminuição de R\$ 725,5 milhões na rubrica concessões, em função de prorrogações de contratos de serviços de telecomunicações realizadas em maio sem correspondência em junho.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,05% nos seis primeiros meses de 2011, dos quais 9,01% correspondem à arrecadação de impostos, 7,04% à de contribuições e 3,00% às demais receitas.

Na comparação com os seis primeiros meses de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 65,4 bilhões (21,3%), passando de R\$ 307,6 bilhões para R\$ 373,0 bilhões. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial, além de alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis, móveis e

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 16,7% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2011 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	MAI/11	JUN/11
Impostos	25.932,2	29.748,9
Imposto de Renda	17.450,7	21.107,9
IPI	3.637,8	3.755,0
Outros	4.843,8	4.886,0
Contribuições	21.409,2	22.377,0
Cofins	12.643,8	13.192,2
CPMF	7,0	4,8
CSLL	3.165,5	3.370,4
Cide - Combustíveis	796,3	746,7
Outras	4.796,5	5.063,0
Demais	9.459,1	14.156,9
Cota parte	1.414,5	1.475,5
Diretamente Arrecadada	2.324,1	2.244,6
Dividendos da União	2.570,6	2.302,8
Concessões	1.071,9	346,4
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	2.078,0	7.787,6
Total Bruto	56.800,5	66.282,8

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos primeiros seis meses de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia e as alterações na legislação

eletrodomésticos em 2010 e da consolidação/antecipação de parcelas, em junho de 2011, de débitos da Lei 11.941/2009.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2010	2011
Impostos	8,08%	9,01%
Imposto de Renda	5,81%	6,51%
IPI	1,03%	1,13%
Outros	1,24%	1,38%
Contribuições	6,74%	7,04%
Cofins	3,77%	3,89%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,32%	1,40%
Cide - Combustíveis	0,21%	0,23%
Outras	1,45%	1,52%
Demais	2,82%	3,00%
Conta parte	0,74%	0,71%
Distritamente Arrecadada	0,83%	0,87%
Dividendos da União	0,62%	0,53%
Concessões	0,03%	0,09%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	0,00%
Outras	0,71%	0,81%
Total Bruto	17,64%	19,05%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

a) crescimento de R\$ 11,3 bilhões (26,1%) no IRPJ e de R\$ 4,4 bilhões (19,4%) na CSLL, explicado pelo desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e do ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011.

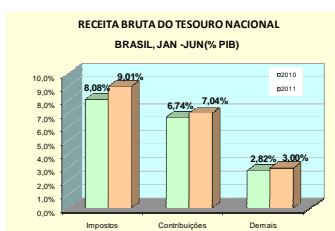
b) crescimento de R\$ 11,8 bilhões (24,1%) no IRRF, devido, especialmente:

i) à elevação de R\$ 5,8 bilhões (20,0%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,5% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a março de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010;

ii) ao aumento de R\$ 4,5 bilhões (39,2%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a junho de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 43,8% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 37,9% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 1,1 bilhão (20,5%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.

c) incremento de R\$ 10,4 bilhões (15,9%) na Cofins e de R\$ 3,1 bilhões (17,8%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 13,3% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a abril de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações; e iii) aos recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais na Cofins, no valor de R\$ 530 milhões, em março de 2011, e de R\$ 395 milhões, em fevereiro de 2010, e depósitos judiciais no valor de R\$ 66 milhões no PIS-Pasep, em abril de 2011.

d) incremento de R\$ 4,3 bilhões (23,8%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da elevação de 29,2% no valor em dólar das importações tributadas e de 3,9% na alíquota média efetiva do imposto; e da redução de 9,2% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, fabricação de veículos, exceto automóveis, e metalurgia; ao término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como a



reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, no mês de janeiro de 2011 e de R\$ 111 milhões em abril de 2011.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 9,5 bilhões (19,3%), em relação aos seis primeiros meses de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 2,9 bilhões (37,0%) em outras receitas, explicado pela consolidação/antecipação de parcelas, em junho de 2011, de débitos da Lei 11.941/2009, pela reclassificação, em janeiro e março de 2011, de R\$ 1,4 bilhão para o IRPJ e o IPI e pelo término, em novembro de 2010, de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009; ii) aumento de R\$ 2,6 bilhões (18,1%) nas receitas diretamente arrecadadas; iv) aumento de R\$ 1,3 bilhão (280,8%) em concessões em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente, R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B); e iii) aumento de R\$ 1,3 bilhão (13,9%) em dividendos.

Em junho de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 14,0 bilhões, contra R\$ 16,3 bilhões no mês anterior, apresentando queda de R\$ 2,3 bilhão (14,1%). Esse comportamento resulta de: i) diminuição de R\$ 1,7 bilhão nas transferências de royalties, devido ao recolhimento trimestral apurado pela União em abril e transferido em maio; ii) decréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas transferências constitucionais, como consequência da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), com reflexo nas transferências de junho; e iii) aumento de R\$ 546,0 milhões nas transferências de Fundeb, conforme cronograma de desembolso estipulado na Portaria Interministerial nº 1.459/2010.

Nos primeiros seis meses de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 17,4 bilhões (25,1%), elevando-se de R\$ 69,2 bilhões nos seis primeiros meses de 2010, para R\$ 86,5 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 14,9 bilhões (29,0%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 2,6 bilhões (88,5%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/11	JUN/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	12.259,1	11.128,2
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	3.660,3	2.694,0
Total	16.281,9	13.984,7

¹ Inclui auxílio financeiro

Houve elevação de 24,7% nas transferências a Estados e Municípios nos primeiros cinco meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Mai	Jun
Terceiro Decêndio	18.781,2	12.403,9
Primeiro Decêndio	2.051,4	6.114,4
Segundo Decêndio	6.318,7	5.987,5
Total	27.151,3	24.505,8

¹ Inclui valores transferidos relativos a classificação de IR e IPI por estimativa.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	51.357,6	66.257,9
CIDE - Combustíveis	907,8	955,0
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	975,0	975,0
Demais	15.917,6	18.356,1
Total	69.157,9	86.544,0

¹ Inclui auxílio financeiro

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/11	JUN/11
Pessoal e Encargos	13.868,7	13.768,9
Custeio e Capital	19.467,8	23.435,6
Despesas do FAT	2.221,7	2.036,8
Subsídios e Subvenções	737,4	1.585,6
LOAS/RMV	2.072,2	2.080,2
Outras	14.436,5	17.733,1
Transferência ao Bacen	203,1	165,3

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	MAI/11	JUN/11

Agricultura	233,7	650,7
Custeio Agropecuário	3,1	93,1
Investimento Rural	6,2	-12,4
Preços Agrícolas	60,7	109,3
- EGF	0,0	11,7
- AGF	-69,3	57,6
- Sustent. de preços	130,0	40,0
Pronaf	122,6	314,1
Pesa	15,7	126,4
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	18,9	19,4
FUNCAFÉ	6,4	0,8
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	28,9	436,5
PSI	0,0	429,0
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,2	-2,1
Exportação (Proex)	30,1	9,7
Total	262,6	1.087,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/11	JUN/11

Precatórios e Sentenças	738,1	1.416,5
Legislativo	114,6	111,3
Judiciário	495,7	484,9
Crédito Extraordinário ¹	505,2	351,5
PAC ²	2.243,6	2.394,4
Outras ³	126,3	131,3
Discricionárias	10.213,0	12.843,2
d/q Min. da Saúde	4.182,1	5.211,3
Min. do Des. Social	1.747,9	1.587,4
Min. da Educação	1.477,1	1.647,5
Min. da Defesa	783,5	1.086,1
Min. da Ciência e Tec.	292,4	419,1
Min. do Des. Agrário	138,6	246,2
Min. da Justiça	233,7	256,7
Min. da Previdência	122,5	215,4
Min. dos Transportes	88,7	72,7
Min. das Cidades	186,4	45,6
Demais	960,0	2.055,2
Total	14.436,5	17.733,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistia, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em junho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 37,4 bilhões, contra R\$ 33,5 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de R\$ 3,8 bilhões (11,4%). Essa evolução decorreu: i) do aumento de R\$ 4,0 bilhões (20,4%) registrado nas despesas de Custeio e Capital; ii) da redução de R\$ 99,8 milhões (0,7%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais; e iii) da diminuição de R\$ 37,8 milhões (18,6%) das transferências ao Banco Central.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais atingiram R\$ 13,8 bilhões em junho, frente a R\$ 13,9 bilhões registrados em maio. O pagamento de sentenças judiciais e precatórios, que registrou R\$ 778,9 milhões em maio, recuou para R\$ 276,1 milhões em junho (redução de R\$ 502,8 milhões).

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 23,4 bilhões (incremento de 20,4%). As principais variações nesse grupo foram registradas: i) nas despesas discricionárias (crescimento de R\$ 2,6 bilhões); ii) no pagamento de sentenças judiciais de custeio e capital (aumento de R\$ 678,4 milhões); e iii) no gasto com subsídios e subvenções econômicas (aumento de R\$ 848,2 milhões).

As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no patamar do mês anterior, de R\$ 2,1 bilhões. As despesas com o FAT recuaram R\$ 184,9 milhões, atingindo R\$ 2,0 bilhões.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo de R\$ 3,3 bilhões foi influenciado pelo aumento das despesas discricionárias em R\$ 2,6 bilhões, refletindo os crescimentos das despesas dos Ministérios da Saúde (R\$ 1,0 bilhão), da Defesa (R\$ 302,7 milhões), da Educação (R\$ 170,4 milhões) da Ciência e Tecnologia (R\$ 126,7 milhões) e do Desenvolvimento Agrário (R\$ 107,6 milhões). Por outro lado, houve diminuição das despesas dos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 160,5 milhões) e das Cidades (R\$ 140,9 milhões).

Adicionalmente, foram pagos R\$ 1,4 bilhão em precatórios, frente a R\$ 729,6 milhões, em maio. Cresceram também os desembolsos com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (R\$ 150,8 milhões) e diminuiu o pagamento de créditos extraordinários (R\$ 153,7 milhões).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,56% do PIB no período de janeiro a junho de 2011, contra 10,69% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 20,3 bilhões (10,9%) em relação ao ano anterior, decorrente dos incrementos de R\$ 8,8 bilhões (11,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, de R\$ 11,0 bilhões (10,2%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 457,9 milhões (79,2%) nas transferências ao Banco Central.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 6,17% para 6,06% do PIB (decréscimo de 0,11 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 0,11 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; ii) redução em 0,01 p.p. nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; e, iii) redução de 0,02 p.p. nas despesas do FAT. As despesas com LOAS/RMV não registraram alteração em relação ao PIB.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,04 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,48% em 2010, para 4,45% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 8,8 bilhões, decorrente do acréscimo nominal de R\$ 1,6 bilhão no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de R\$ 7,2 bilhões do Poder Executivo. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 4,5 bilhões em 2011, contra desembolso de R\$ 3,7 bilhões no mesmo período de 2010 (crescimento de R\$ 782,3 milhões) que refletem o crescimento de R\$ 781,3 milhões dos valores de precatórios referentes às justiças Federal e do Trabalho.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 5,8 bilhões em 2011, contra R\$ 5,0 bilhões no mesmo período de 2010. Esse crescimento de R\$ 797,8 milhões no período registrou-se, especialmente, no programas de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 1,4 bilhão) e nas subvenções aos Fundos Regionais (R\$ 1,2 bilhão). Por outro lado, diminuíram as despesas com as Aquisições do Governo Federal (R\$ 1,8 bilhão).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,4 bilhão (12,5%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes 5,9% e 0,9% do salário mínimo nos meses de janeiro e março de 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 7,0% no período de janeiro a junho de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional diminuíram 0,13 p.p. do PIB no primeiro semestre de 2011 frente ao mesmo período de 2010

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	10,69%	10,56%
Pessoal e Encargos	4,48%	4,45%
Custeio e Capital	6,17%	6,06%
Despesas do FAT	0,63%	0,61%
Subsídios e Subvenções ¹	0,29%	0,30%
LOAS/RMV	0,63%	0,63%
Outras	4,63%	4,52%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,05%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,04 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2011 relativamente ao mesmo período de 2010.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	3.171,9	2.614,2
Custeio Agropecuário	25,1	443,2
Investimento Rural	10,6	17,1
Preços Agrícolas	2.072,3	-100,3
- EGF	87,7	40,2
- AGF	1.208,3	-588,4
- Sustent. de preços	776,4	448,0
Pronaf	228,2	1.588,0
Pesa	226,1	467,3
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	540,1	129,0
FUNCAFÉ	69,4	44,0
Revitaliza	0,0	25,7
Outros	-132,7	562,5
PSI	0,0	429,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-7,2	-9,0
Exportação (Proex)	-125,5	142,5
Total	3.039,2	3.176,7

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

Em 2011, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento totalizaram R\$ 12,2 bilhões (incremento de 35,4%) em relação ao exercício de 2010.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2011**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
jun/01	1.252.569	-	425.151	-	827.418	-
jun/02	1.395.228	11%	501.538	18%	893.690	8%
jun/03	1.598.107	15%	607.888	21%	990.220	11%
jun/04	1.804.754	13%	752.074	24%	1.052.680	6%
jun/05	2.121.352	18%	971.478	29%	1.149.874	9%
jun/06	2.340.455	10%	1.102.386	13%	1.238.068	8%
jun/07	2.522.507	8%	1.210.337	10%	1.312.170	6%
jun/08	2.746.034	9%	1.326.797	10%	1.419.237	8%
jun/09	3.000.612	9%	1.458.307	10%	1.542.305	9%
jun/10	3.231.174	8%	1.562.547	7%	1.668.628	8%
jun/11	3.456.054	7%	1.641.743	5%	1.814.312	9%

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL

BRASIL, JAN - JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2.124,1	2.346,7
Legislativo	571,1	621,5
Judiciário	2.468,0	2.736,4
Crédito Extraordinário ¹	3.987,2	3.022,4
PAC ²	9.008,3	12.196,7
Outras ³	1.300,5	713,6
Discricionárias	61.225,3	66.888,7
d/q Min. da Saúde	25.211,7	27.635,7
Min. do Des. Social	8.508,4	9.369,5
Min. da Educação	8.541,6	9.803,6
Min. da Defesa	5.529,7	5.959,2
Min. da Ciência e Tec.	1.893,5	1.924,0
Min. do Des. Agrário	1.116,7	743,5
Min. da Justiça	1.500,1	1.314,6
Min. da Previdência	970,8	934,6
Min. dos Transportes	620,6	467,4
Min. das Cidades	596,1	372,1
Demais	6.735,9	8.364,4
Total	80.684,4	88.526,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768/2008 com
³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 7,8 bilhões (9,7%) entre janeiro e junho de 2011, em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 5,7 bilhões (9,3%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 3,2 bilhões (35,4%). Por outro lado, registraram redução no período as despesas com créditos extraordinários (R\$ 964,8 milhões, 24,2%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 806,8 milhões). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 2,4 bilhões), da Educação (R\$ 1,3 bilhão) e do Desenvolvimento Social (R\$ 861,1 milhões). Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram o montante de R\$ 20,9 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 304,9 milhões (1,5%) em relação ao ano de 2010.

Quanto aos gastos discricionários, destacaram-se os crescimentos dos dispêndios dos seguintes projetos/atividades em relação ao ano de 2010: transferência de renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza (R\$ 1,0 bilhão), Atenção à saúde da população para procedimentos de alta e média complexidade (R\$ 901,2 milhões) e Piso de atenção básica variável – Saúde da Família (R\$ 305,6 milhões).

O montante pago de restos a pagar (RP) pagos até junho de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 14,7 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,0 bilhões), da Saúde (R\$ 2,9 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,6 bilhões).



Em junho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 1,9 bilhão, contra um déficit de R\$ 2,4 bilhões em maio. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu-se em R\$ 3,1 bilhões, passando de R\$ 22,6 bilhões no primeiro semestre de 2010, para R\$ 19,5 bilhões no mesmo período de 2011.

Previdência Social

Em junho, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 1,9 bilhão, contra déficit de R\$ 2,4 bilhões em maio.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAI	JUN	JAN - JUN	
	2011	2011	2010	2011
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	19.039,8	19.612,1	94.658,3	110.111,7
Arrecadação Bruta	21.085,5	21.672,7	105.828,8	123.440,7
- Contribuição Previdenciária	19.124,9	19.158,6	95.640,5	111.259,5
- Simples	1.749,0	2.281,6	8.754,5	10.961,6
- CFT	47,9	49,3	290,0	212,5
- Depósitos Judiciais	154,1	171,9	1.081,5	946,2
- Refis	9,6	11,3	62,4	60,9
(-) Restituição/Devolução	-106,3	-52,5	-278,2	-370,9
(-) Transferências a Terceiros	-1.939,3	-2.008,1	-10.892,3	-12.958,0
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	21.459,6	21.515,9	117.253,9	129.637,8
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.419,8	-1.903,8	-22.595,5	-19.526,1
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,30%	-1,00%

A arrecadação líquida da Previdência Social em junho totalizou R\$ 19,6 bilhões, apresentando aumento de R\$ 572,3 milhões (3,0%) frente aos ingressos líquidos de maio. Em relação ao primeiro semestre de 2010, a arrecadação líquida aumentou R\$ 15,5 bilhões (16,3%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e maio de 2011 foi 15,5% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios, em junho, mantiveram-se no patamar de R\$ 21,5 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 56,3 milhões (0,3%) em relação a maio. Este aumento está diretamente relacionado com o pagamento de precatórios de R\$ 413,2 milhões realizado em junho, contra R\$ 301,1 milhões em maio. Em relação ao primeiro semestre de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 12,4 bilhões (10,6%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 51,45 (7,2%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 923,0 mil (3,9%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - JUN (R\$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	94.658,3	110.111,7	16,3%
Urbano	92.393,2	107.570,4	16,4%
Rural	2.265,1	2.541,4	12,2%
Benefícios	117.253,9	129.637,8	10,6%
Urbano	91.174,5	101.223,7	11,0%
Rural	26.079,4	28.414,1	9,0%
Res. Primário	-22.595,5	-19.526,1	-13,6%
Urbano	1.218,8	6.346,7	420,7%
Rural	-23.814,3	-25.872,7	8,6%

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 537,2 mil aposentadorias (3,5%), 170,3 mil pensões por morte (2,6%) e 199,8 mil benefícios de auxílio-doença (16,7%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUN			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,7	24,6	3,9%
Valor médio RGPS**	710,3	761,7	7,2%

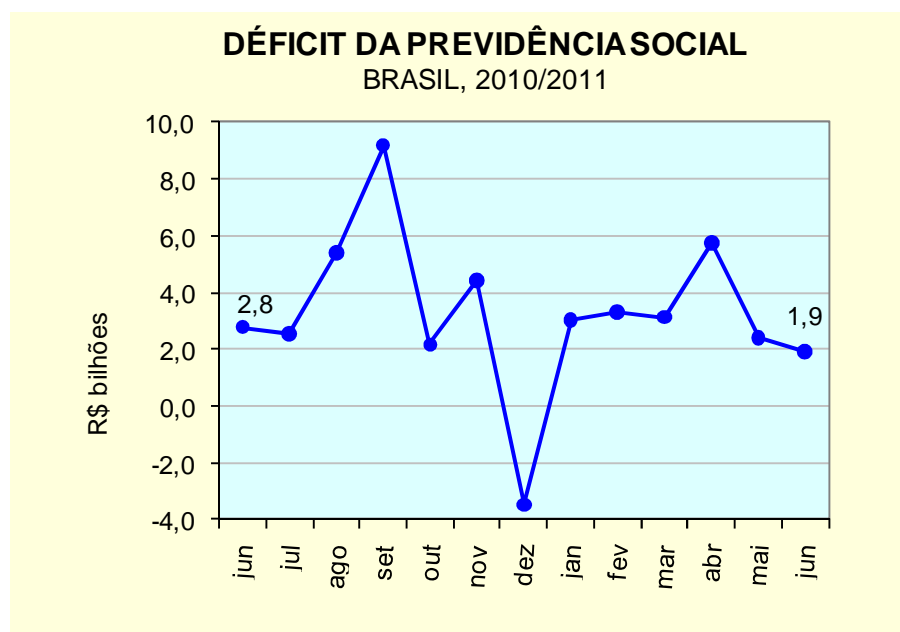
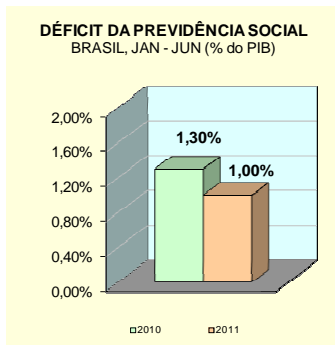
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,43%	5,62%
Urbano	5,30%	5,49%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,73%	6,62%
Urbano	5,23%	5,17%
Rural	1,50%	1,45%
Res. Primário	-1,30%	-1,00%
Urbano	0,07%	0,32%
Rural	-1,37%	-1,32%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

	Em mil benefícios			
	MAI 2011	JUN 2011	JAN - JUN 2010	JAN - JUN 2011
Benefícios do RGPS	24.657	24.799	23.669	24.592
Previdenciários	23.833	23.968	22.880	23.767
Aposentadorias	15.789	15.854	15.207	15.738
Idade	8.259	8.297	7.934	8.233
Invalidez	2.973	2.979	2.916	2.969
Tempo de contribuição	4.557	4.578	4.358	4.536
Pensão por morte	6.687	6.707	6.501	6.672
Auxílio-Doença	1.216	1.257	1.048	1.221
Salário - maternidade	78	86	70	74
Outros	63	64	54	62
Acidentários	824	831	789	826
Aposentadorias	169	170	161	168
Pensão por morte	125	125	126	125
Auxílio - doença	176	182	151	179
Auxílio - acidente	283	284	276	283
Auxílio - suplementar	71	71	74	71

Como proporção do PIB, em relação ao primeiro semestre de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,20 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,10 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,30% para 1,00% do PIB, ou seja, 0,30 p.p. menor que o registrado no ano anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 919,4 bilhões em junho, o equivalente a 23,6% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve decréscimo de R\$ 541,2 milhões, em termos nominais, consequência do aumento de R\$ 4,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado pela diminuição de R\$ 5,1 bilhões na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve redução de 0,3 p.p no mês.

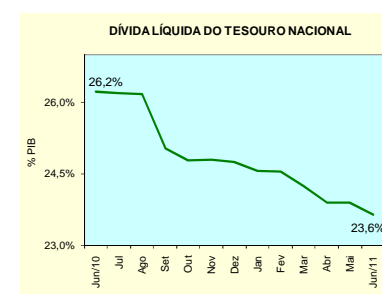
Em junho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 919,4 bilhões, o equivalente a 23,6% do PIB, reduzindo-se em 2,6 p.p em relação a junho de 2010, em proporção do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 JUN	2011 MAI	2011 JUN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	803.863	839.184	843.762
I.1. Dívida Interna	2.186.322	2.364.576	2.424.801
I.2. Haveres Internos	1.382.460	1.525.392	1.581.039
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	95.543	80.797	75.678
II.1. Dívida Externa	95.904	81.076	75.973
II.2. Haveres Externos	361	279	295
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	899.405	919.981	919.439
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	26,2%	23,9%	23,6%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,6 p.p, passando de 26,2% em junho de 2010 para 23,6% em junho de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 20,0 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 39,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 19,9 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

No mês de junho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 843,8 bilhões, o equivalente a 21,7% do PIB. A elevação de R\$ 4,6 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo crescimento de R\$ 60,2 bilhões no estoque da dívida interna bruta e pela elevação de R\$ 55,6 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,7 p.p., passando de 23,4% para 21,7%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 803,9 bilhões, em junho de 2010, para R\$ 843,8 bilhões, em junho de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 238,5 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 198,6 bilhões nos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,7 p.p. do PIB em comparação a junho de 2010.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

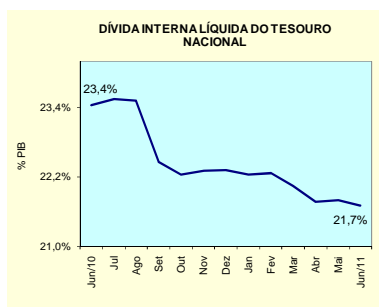
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 JUN	2011 MAI	2011 JUN
I. DÍVIDA INTERNA	2.186.322	2.364.576	2.424.801
I.1. Dívida Mobiliária	2.170.776	2.352.091	2.412.599
DPMFi em Poder do Público ¹	1.516.501	1.665.212	1.729.461
DPMFi em Poder do Banco Central	679.635	717.204	713.646
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(25.359)	(30.325)	(30.508)
I.2. Demais Obrigações Internas	15.546	12.485	12.202
II. HAVERES INTERNOS	1.382.460	1.525.392	1.581.039
II.1. Disponibilidades Internas	365.919	424.830	448.476
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	453.130	482.685	482.260
II.3. Haveres da Administração Indireta	225.674	245.637	247.766
II.4. Haveres Administrados pela STN	337.736	372.239	402.538
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	803.863	839.184	843.762
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	23,4%	21,8%	21,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Título	R\$ bilhões		
	2010 JUN	2011 MAI	2011 JUN
Em Poder do Público	1.517	1.665	1.729
LFT	509	554	545
LTN	299	368	416
NTN-B	373	392	412
NTN-C	61	62	62
NTN-F	236	255	260
Demais ¹	38	35	34
Aplic. em Tit. Púb.	-25	-30	-31
Na carteira do BCB	680	717	714
Total	2.171	2.352	2.413
% PIB	63,3%	61,1%	62,0%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em junho, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês anterior, cresceu R\$ 60,5 bilhões em termos nominais, correspondendo a um aumento de 0,9 p.p. em proporção do PIB. Essa elevação da DPMFi pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 22,9 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 37,8 bilhões ocorrida no período. Em relação a junho do ano anterior, houve aumento de R\$ 241,8 bilhões em termos nominais, representando, no entanto, redução de 1,3 p.p. em proporção do PIB, passando de 63,3% para 62,0% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve crescimento no mês de R\$ 64,2 bilhões, associado à emissão líquida de R\$ 48,6 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 15,7 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve redução de R\$ 3,6 bilhões, devido ao resgate líquido de R\$ 10,8 bilhões e à apropriação de juros de R\$ 7,3 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de LTN e de NTN-B, com o aumento de R\$ 47,8 bilhões e de R\$ 20,6 bilhões, respectivamente, e diminuição de LFT em R\$ 8,9 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, JUN/2011

R\$ bilhões

Título	Saldo Mai/11	Fatores de Variação ¹			Saldo Jun/11
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	
Em poder do público	1.665,2	71,2	(22,57)	15,7	1.729,5
LFT	553,8	3,1	(17,12)	5,2	544,9
LTN	368,4	45,6	(1,55)	3,7	416,1
NTN-B	391,7	19,2	(2,40)	3,8	412,3
NTN-C	61,8	0,0	(0,00)	0,4	62,1
NTN-F	254,9	2,7	(0,01)	2,6	260,2
Demais ⁴	34,6	0,5	(1,49)	0,1	33,8
Na carteira do BCB	717,2	4,1	(14,90)	7,3	713,6
Total	2.382,4	75,3	(37,5)	22,9	2.443,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 55,6 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo o crescimento de R\$ 30,3 bilhões nos haveres administrados pela STN, de R\$ 23,6 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 2,1 bilhões nos haveres da administração indireta, além da redução de R\$ 425,7 milhões nos haveres junto aos governos regionais.

Nos haveres administrados pela STN, o aumento de R\$ 30,3 bilhões deveu-se à elevação de R\$ 30,4 bilhões no saldo dos haveres de legislação específica, decorrente de operação com BNDES ao amparo da MP nº 526, de 4.3.2011.

O aumento de R\$ 2,1 bilhões nos haveres da administração indireta deveu-se ao crescimento de R\$ 1,0 bilhão nos haveres do FAT, de R\$ 605,5 milhões nos saldos dos Fundos Diversos e de R\$ 572,4 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, a principal variação foi a redução observada nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 8.727/1993, no valor de R\$ 397,2 milhões. Ocorreu diminuição também nos Bônus Renegociados, de R\$ 56,2 milhões; na Cessão de Créditos do Bacen, de R\$ 32,0 milhões, e nos Haveres Originários do Proef, de R\$ 27,7 milhões. Por outro lado, houve crescimento de R\$ 112,9 milhões nos saldos das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e da MP nº 2.185/2001.

Em junho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 75,7 bilhões, contra R\$ 80,8 bilhões, em maio. Houve redução de R\$ 5,1 bilhões em termos nominais, correspondendo a diminuição de 0,2 p.p em relação

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA**
BRASIL, 2010/2011

R\$ bilhões

Entidade	2010		2011
	MAI	MAI	JUN
FAT	143,4	151,9	152,8
Fundos Regionais	54,7	61,2	61,7
Demais	27,6	32,6	33,2
Total	225,7	245,6	247,8

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2010/2011

R\$ bilhões

Discriminação	2011		
	MAI	MAI	JUN
Lei 9.496/97	332,0	362,3	362,3
MP 2.185/01	53,3	58,2	58,3
Lei 8.727/93	35,8	31,9	31,5
Antecipação de Royalties	10,1	9,1	9,1
Bônus Renegociados	6,0	4,7	4,7
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,0	16,4	16,4
Total	453,1	482,7	482,3
% PIB	13,2%	12,5%	12,4%

ao PIB. Essa redução reflete o resgate líquido de R\$ 5,3 bilhões, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 518,6 milhões e a variação cambial negativa no montante de R\$ 329,9 milhões.

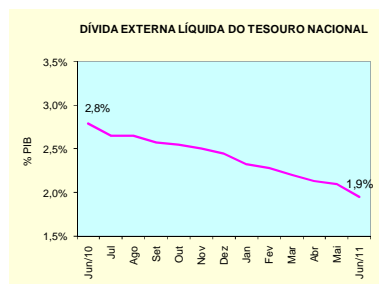


TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA EXTERNA	95.904	81.076	75.973
I.1. Dívida Mobiliária	74.827	62.111	61.867
Euro	6.707	4.108	4.044
Global US\$	56.976	45.960	45.671
Global BRL	10.946	11.919	12.029
Demais	199	124	123
I.2. Dívida Contratual	21.077	18.964	14.106
Organismos Internacionais	17.952	15.393	10.265
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.124	3.571	3.841
II. HAVERES EXTERNOS	361	279	295
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	361	279	295
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	95.543	80.797	75.678
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,8%	2,1%	1,9%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em junho de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 75,7 bilhões, equivalentes a 1,9% do PIB, valor inferior, em 0,8 p.p. do PIB, ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 19,9 bilhões, passando de R\$ 95,5 bilhões, em junho de 2010, para R\$ 75,7 bilhões, em junho de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,8 p.p.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JUN/2011

Discriminação	Estoque Mai/11	Fatores de Variação				Estoque Jun/11
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	62.111	0	(149)	466	(562)	61.867
Global US\$	45.960	0	(70)	326	(546)	45.671
Euro	4.108	0	(79)	29	(14)	4.044
Global BRL	11.919	0	0	109	0	12.029
Demais	124	0	0	1	(1)	123
Dívida Contratual	18.964	487	(5.630)	53	232	14.106
Org. Internacionais	15.393	17	(5.435)	35	255	10.265
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.571	471	(195)	18	(23)	3.841
Total	81.076	487,3	(5.779,1)	518,6	(329,9)	75.973

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 81,4% (R\$ 61,9 bilhões); e a dívida contratual representa 18,6% (R\$ 14,1 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Junho 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial